



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br  
**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12971601 - SG-SI-CPC-DENG**

SEI/TJPR Nº 0127767-42.2023.8.16.6000  
SEI/DOC Nº 12971601

**TERMO DE REFERÊNCIA – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**  
**SEI/ Nº 0127767-42.2023.8.16.6000**

Sumário

- [1. DEFINIÇÃO DO OBJETO](#)
- [2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO](#)
- [3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO](#)
- [4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO](#)
- [5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE](#)
- [6. CONTRATAÇÃO EM BIM \(Building Information Modelling\)](#)
- [7. VISTORIA / VISITA TÉCNICA](#)
- [8. PARCELAMENTO DO OBJETO](#)
  - [Participação de microempresas \(ME\) e empresas de pequeno porte \(EPP\)](#)
  - [Participação de consórcio](#)
  - [Subcontratação](#)
- [9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO](#)
  - [Condições de execução](#)
  - [Roteiro para desenvolvimento dos projetos](#)
  - [Critérios de aceite do planejamento](#)
  - [Obrigações das partes](#)
- [10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO](#)
  - [Gestão e fiscalização](#)
  - [Formalização da contratação e vigência](#)
  - [Garantia contratual e seguro de riscos de engenharia](#)
  - [Alocação dos riscos](#)
  - [Metodologia para concessão de aditivos](#)
- [11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO](#)
  - [Cronograma de medições dos serviços](#)
  - [Recebimento do objeto do contrato](#)
  - [Pagamento dos serviços executados](#)
- [12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO](#)
  - [Forma de seleção e critério de julgamento da proposta](#)
  - [Regime de execução](#)
  - [Critérios de aceitabilidade de preços](#)
  - [Qualificação Técnica](#)
  - [Para Projetos](#)
  - [Para Orçamentos](#)
  - [Para Execução da Obra](#)
  - [Qualificação econômico-financeira](#)
- [13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO](#)
  - [Valores máximos para licitação](#)
  - [BDI](#)
- [14. SANÇÕES](#)
- [15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1.** O objeto compreende **contratação integrada** para elaboração dos projetos básicos e executivos e execução da obra dos fóruns das comarcas de **Campo Mourão (lote 1), Paranavaí (lote 2) e União da Vitória (lote 3)**.
- 1.2.** O Objeto do contrato será dividido em 03 (três) lotes independentes:
- 1.2.1. LOTE 1 - COMARCA DE CAMPO MOURÃO (CMO)**
- 1.2.1.1.** O novo Fórum da Comarca de Campo Mourão estará localizado na esquina das ruas Antônio Fortini Filho e Sérgio Luiz Panceri.
- 1.2.1.2.** A construção contemplará um Fórum para a Comarca de Campo Mourão, sendo um edifício Padrão P5000, composto por 01 (um) pavimento térreo, 03 (três) pavimentos intermediários, 01 (um) pavimento técnico, 01 (um) pavimento de cobertura, 01 (uma) edícula, 01 (uma) guarita, e 01 (um) estacionamento, totalizando uma área construída de 6.188,37 m² em um terreno de 10.061,98 m².

RESUMO DOS DADOS DE PROJETOS CAMPO MOURÃO					
Protocolo licitação					
Protocolo Databook (SEI)					
Endereço da obra	Rua Antônio Fortini Filho esquina com a Rua Sérgio Luiz Panceri				
Áreas	Área Útil	FÓRUM	EDÍCULA	GUARITA	TOTAL
		4027,79 m²	272,90 m²	4,05 m²	4304,74 m²
	Área Construída	5136,08 m²	424,90 m²	5,67 m²	6186,37 m²
	Projeção Cobertura	1425,73 m²	424,90 m²	5,67 m²	2476,02 m²
Área terreno	10.061,98 m²				
Área de demolição					
Tipo de edícula	Edícula P5000				
Módulos de estacionamento	18 módulos regulares e 2 módulos especiais				

**1.2.2. LOTE 2 - COMARCA DE PARANAVAÍ (PAR)**

- 1.2.2.1.** O novo Fórum da Comarca de Paranavaí estará localizado no Lote 6, Gleba 1, prolongamento da Rua José Gregório Sobrinho (antiga Rua Estados Unidos).
- 1.2.2.2.** A construção contemplará um Fórum para a Comarca de Paranavaí, sendo um edifício Padrão P5000, composto por 01 (um) pavimento térreo, 03 (três) pavimentos intermediários, 01 (um) pavimento técnico, 01 (um) pavimento de cobertura, 01 (uma) edícula, 01 (uma) guarita, e 01 (um) estacionamento, totalizando uma área construída de 6.218,47 m² em um terreno de 8.706,96 m².

RESUMO DOS DADOS DE PROJETOS PARANAVAÍ				
Protocolo licitação				
Protocolo Databook (SEI)				
Endereço da obra	Rua José Gregório Sobrinho, SN, Centro Cívico			
Áreas	Área Útil	FÓRUM	EDÍCULA	GUARITA
		4027,79 m²	272,90 m²	4,05 m²
	Área Construída	5136,08 m²	424,90 m²	5,67 m²
	Projeção Cobertura	1425,73 m²	424,90 m²	5,67 m²
Área terreno	8706,96 m²			
Área de demolição				
Tipo de edícula	Edícula P5000			
Módulos de estacionamento	19 módulos regulares e 2 módulos especiais			

**1.2.3. LOTE 3 - COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA (UNV)**

- 1.2.3.1.** O novo Fórum da Comarca de União da Vitória estará localizado na Rua Projetada nº02, Quadra 83.
- 1.2.3.2.** A construção contemplará um Fórum para a Comarca de União da Vitória, sendo um edifício Padrão P5000, composto por 01 (um) pavimento térreo, 03 (três) pavimentos intermediários, 01 (um) pavimento técnico, 01 (um) pavimento de cobertura, 01 (uma) edícula, 01 (uma) guarita, e 01 (um) estacionamento, totalizando uma área construída de 6.152,49 m² em um terreno de 8.685,70 m².

RESUMO DOS DADOS DE PROJETOS UNIÃO DA VITÓRIA						
Protocolo Licitação						
Protocolo Databook (SEI)						
Endereço da obra	Rua Projetada nº2, quadra 83					
Áreas	Área Útil	FÓRUM	EDÍCULA	GUARITA	ESTACIONAMENTO	TOTAL
		4027,79 m²	272,90 m²	4,05m²		4304,74m²
	Área Construída	5136,08 m²	424,90 m²	5,67m²	585,84m²	6152,49 m²
	Projeção Cobertura	1425,73m²	424,90 m²	5,67m²	585,84m²	2442,14 m²
Área terreno	8865,70 m²					
Área de demolição						
Tipo de edícula	Edícula P5000					
Módulos de estacionamento	17 módulos regulares e 2 módulos especiais					

1.3. As obrigações decorrentes desta contratação a serem firmadas entre o Tribunal de Justiça e a empresa vencedora serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na legislação vigente e na proposta apresentada.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto a ser contratado é classificado como “obra e serviço de engenharia”, nos termos do artigo 6º, XII e XXI, da [Lei nº 14.133/2021](#), devido à contratação englobar elaboração de projetos e execução de obra de construção.

2.2. CATSER:

GRUPO	542	Serviços Gerais De Construção Para Obras de Engenharia Civil
SERVIÇO	5622	Obras Cíveis Públicas (Construção)

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) desta contratação.
- 3.2. O objetivo da presente contratação é prover instalações físicas adequadas, modernas e sustentáveis para abrigar as sedes dos Fóruns em questão, no menor tempo e pelo melhor custo-benefício.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. O objeto da presente instrução é a contratação integrada para elaboração dos projetos básicos e executivos, e execução das obras de construção das novas edificações para abrigar os Fóruns das Comarcas de Campo Mourão (Lote 1), Paranavaí (Lote 2) e União da Vitória (Lote 3).
- 4.2. A contratação abrange a elaboração dos projetos complementares básico e executivo, elaboração de orçamentos e cronogramas de obras, todas as aprovações necessárias nos órgãos competentes à execução das futuras edificações, bem como a execução das obras, nos moldes e requisitos estabelecidos no anteprojeto elaborado pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e demais documentos técnicos anexos para cada lote. Para tanto, deverão ser contratados os serviços, conforme detalhado a seguir:
- 4.3. COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS
- 4.3.1. É necessária para verificação da adequação de todos os documentos gerados por todas as especialidades desenvolvidas para todos os serviços contratados, além disso compreende a elaboração de:
- a) Estudos de Viabilidade das soluções técnico-econômicas para fundações e contenções da obra: é necessário para verificação das melhores alternativas técnicas de fundação e contenção para cada um dos lotes;
- b) Plano de Gestão de Resíduos da obra (PGRCC): é necessário para catalogação de todos os resíduos gerados durante o andamento da execução da obra, bem como previsão de seu armazenamento e sua destinação final;
- c) Planejamento de Obra com cronograma físico detalhado a ser elaborado pela empresa contratada. O cronograma físico elaborado será utilizado para elaboração posterior do cronograma financeiro, que deverá orientar o desembolso durante a 2ª fase da contratação;
- d) Projeto de Canteiro;
- e) Avaliação de Integridade de edificações vizinhas: é necessária para identificar e evitar possíveis interferências da futura obra nessas construções;
- f) Estudo Ambiental, se necessário, para diagnóstico ambiental de cobertura vegetal, indicando quais espécimes são árvores nativas, exóticas e que podem ser suprimidas; análise técnica adequada acerca da existência de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de sua correta delimitação nos terrenos onde serão construídos os novos Fóruns; definição de medidas mitigadoras, se necessário, e obtenção das licenças ambientais necessárias para a emissão do alvará da obra, incluindo a autorização de supressão vegetal;
- g) Acompanhamento da emissão dos projetos e documentos técnicos de cada área específica, necessários às aprovações de todos os projetos junto aos órgãos públicos, e acompanhamento da emissão de todas as aprovações necessárias às futuras obras.

4.4. LEVANTAMENTOS E ESTUDOS

- 4.4.1. Deverão ser elaborados os ensaios normativos complementares aos fornecidos pela Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura, como: sondagens rotativas, ensaios de caracterização do solo, ensaios de placa e ensaio do índice de suporte Califórnia (CBR), para completa investigação geotécnica do terreno para embasar o cálculo de fundação, contenções, terraplanagens e pavimentação. Recomenda-se fortemente que seja atualizado o levantamento topográfico fornecido pela Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura para embasar corretamente a elaboração dos projetos complementares e futura obra.
- 4.4.2. Os licitantes devem estar cientes de que a opção por não atualização do levantamento topográfico impedirá qualquer requerimento posterior de alterações de escopo contratual com fundamento em diferenças entre a situação real *in loco* e a constante do levantamento topográfico que instrui o edital de licitação.
- 4.4.3. Os licitantes devem também estar cientes de que os estudos ambientais, notadamente protocolos referentes a IAT e licenças de terraplanagem DEVEM ser apresentados ao contratante nos 15 primeiros dias da 1ª Fase contratual, durante os Estudos de Viabilidade Técnica.
- 4.4.4. Os licitantes devem estar cientes, ainda, de que, conforme demonstram os documentos Levantamento Topográfico e Relatório de Levantamento Topográfico e Planta Topográfica - Fotográfico, o terreno de União da Vitória contém CANAL DE DRENAGEM e AFLORAMENTO que devem receber tratamento – desvio ou outra medida mitigadora determinada pelos órgãos públicos.

4.5. PROJETOS DE ARQUITETURA, PROJETO LEGAL E APROVAÇÃO

- 4.5.1. É necessária a elaboração do projeto básico e executivo arquitetônico, e implantação para todas as Comarcas listadas. A contratada deverá acompanhar a aprovação em curso em cada Comarca e, se necessário, proceder à reaprovação do projeto junto à Prefeitura Municipal, visando obtenção do Alvará de Construção.
- 4.6. PROJETO ESTRUTURAL – Compreende:

- a) Infraestrutura – É necessário o desenvolvimento de projeto individualizado para cada comarca, composto de Projeto de Fundações, Projeto de Contenções, Projeto de Terraplenagem e Projeto de Pavimentação;
- b) Superestrutura – É necessária a elaboração do Projeto de Superestrutura do projeto padrão, composto de Projeto Estrutural em Concreto Armado, Projeto de Formas, Projeto Estrutural em Aço ou Madeira.

4.7. PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E DE PREVENÇÃO E COMBATE CONTRA INCÊNDIOS, PROJETO LEGAL E APROVAÇÃO – Compreende:

- a) Projeto Hidrossanitário e de Águas Pluviais: É necessária a elaboração do Projeto Hidrossanitário e de Águas Pluviais, e desenvolvimento do projeto de implantação para cada comarca, devido às particularidades dos terrenos. Também é necessária a aprovação das ligações de esgoto e água potável junto à concessionária local para cada uma das comarcas. Compõe-se de Projeto Hidrossanitário, Projeto de Drenagem, Projeto de Reaproveitamento de Águas, Projeto de Contenção de Cheias (em caso de solicitação por parte da Prefeitura), Aprovação de Projeto Hidráulico;
- b) Elaboração do Projeto de Prevenção contra Incêndios inclusos: É necessária a elaboração do Projeto de Prevenção e Combate contra Incêndios, e desenvolvimento dos projetos de implantação para cada comarca. Também é necessária a aprovação no Corpo de Bombeiros. Devem ser incluídos no projeto todas as soluções necessárias à sua aprovação: extintores, hidrantes, sprinklers, alarme de incêndio, extração de fumaça e Aprovação de Projeto.

4.8. PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, CABEAMENTO ESTRUTURADO E RELACIONADOS, PROJETO LEGAL E APROVAÇÃO

- 4.8.1. É necessária a elaboração do Projeto de Instalações Elétricas e desenvolvimento do projeto de implantação para cada uma das Comarcas indicadas no objeto da presente contratação. Compõe-se de Projeto de Instalações elétricas (Iluminação de Ambientes, Rede de Energia e Tomadas, Automação, Subsistema de ar-condicionado, Sistema de sonorização), Projeto de Entrada de Energia, Projeto de Segurança e Monitoramento, Projeto de Rede Lógica e Cabeamento Estruturado, Projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas e Projeto de Detecção de Incêndio. O Projeto de Entrada de Energia e sua aprovação junto à concessionária local deve ser desenvolvido individualmente para cada uma das Comarcas indicadas no objeto da presente contratação.
- 4.9. PROJETO DE ENGENHARIA MECÂNICA
- 4.9.1. É necessária a elaboração do Projeto de Engenharia Mecânica, composto de Projetos de ar-condicionado, ventilação e exaustão, Projeto de Elevadores ou Plataformas Elevatórias.
- 4.10. PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO
- 4.10.1. É necessária a elaboração do Projeto de Impermeabilização para cada Comarca.
- 4.11. ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)
- 4.11.1. Elaboração de EIV de acordo com a legislação competente, deve ser entregue junto à etapa do Projeto Básico e Cronograma de Obra.
- 4.12. ORÇAMENTO DA OBRA
- 4.12.1. É necessária a elaboração de planilha quantitativa-orçamentária da obra e execução de sua precificação.
- 4.13. EXECUÇÃO DA OBRA
- 4.13.1. Deverá seguir os projetos elaborados pela contratada e aprovados pela Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura na 1ª fase do contrato.
- 4.13.2. A contratação compreenderá todas as operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- 4.13.3. Finalmente, cabe ressaltar que os databook’s constantes dos protocolos por 0037936-46.2024.8.16.6000, 0037921-77.2024.8.16.6000, 0037925-17.2024.8.16.6000, 0037924-32.2024.8.16.6000 onde estão reunidos os documentos técnicos da contratação pretendida, são peças integrantes dos estudos técnicos preliminares e anteprojetos, trazendo, portanto, maiores detalhamentos acerca da execução do objeto.
- 4.14. ANTEPROJETO
- 4.14.1. Os elementos que compõem os Anteprojetos Arquitetônicos, os quais servirão de base para desenvolvimento dos demais projetos, elaborados pela equipe técnica do TJPR, em conformidade com a Orientação Técnica OT – IBR 006/2016 – Anteprojeto de Engenharia, encontram-se indicados no Apêndice 2 deste Termo.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Os projetos definirão diretrizes sustentáveis e em benefício do meio ambiente. Nesse sentido, deverá ser verificada a disponibilidade no mercado de produtos com critérios de sustentabilidade, buscando a redução nos custos ambientais com o uso de recursos naturais, bem como aqueles relacionados com o objetivo de fomento a novos mercados e tecnologias, além da prevenção da saúde e segurança, tais como: o aproveitamento da água da chuva (agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento), a eficiência energética, a utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis e que reduzam a necessidade de manutenção, entre outros.
- 5.2. Consideram-se como produtos mais sustentáveis aqueles:
- a) Cujo processo produtivo implique menor uso de energia, água e matéria-prima;



- b)** Cujo processo produtivo implique geração reduzida de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa;
- c)** Oriundos de fonte renovável;
- d)** Cujos resíduos gerados no fim da sua vida útil possam ser reciclados, reaproveitados ou ainda retornados à cadeia produtiva, ou ainda destinados, conforme o sistema de logística reversa, para destinação final adequada;
- e)** Que possuam qualidade, sejam úteis, duráveis e resistentes, com redução dos custos de manutenção;
- f)** Cuja vida útil esteja em equilíbrio com seu custo-benefício (maior vida útil do bem e da obra), inclusive com menor custo de manutenções, se for o caso;
- g)** Devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilize materiais reciclados ou recicláveis, com o menor volume possível, porém com garantia de proteção durante o transporte e o armazenamento;
- h)** Que privilegiam a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte: uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa;
- i)** Em que as substâncias tóxicas podem ser substituídas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

6. CONTRATAÇÃO EM BIM (Building Information Modelling)

**6.1.** O BIM (Building Information Modelling) é uma metodologia colaborativa que envolve profissionais de diversas áreas para a construção virtual e gestão de edificações. A nova Lei de Licitações (Lei 14133/2021) e o Decreto Judiciário 269/2022 do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) regulamentam o uso do BIM em obras públicas. A implementação do BIM no TJPR está em andamento, sob o protocolo 0107797-90.2022.8.16.6000, mas ainda não há condições técnicas completas para sua adoção obrigatória em novos projetos, devido à necessidade de capacitação e aquisição de softwares e hardwares.

7. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

- 7.1.** Faculta-se à(s) empresas(s) interessada(s) a visita aos locais onde serão realizados os serviços.
  - 7.1.1.** A visita poderá ser realizada até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do certame, mediante hora marcada a ser agendada no horário comercial, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, junto à Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura, pelo e-mail [seinfra@tjpr.jus.br](mailto:seinfra@tjpr.jus.br).
  - 7.1.2.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.2.** A empresa vencedora não poderá eximir-se da responsabilidade assumida com a apresentação da proposta, nem do fiel cumprimento do contrato, alegando desconhecimento do imóvel em questão, ou das condições e peculiaridades do mesmo.

8. PARCELAMENTO DO OBJETO

- 8.1.** O objeto está dividido em 3 (três) lotes avulsos, conforme exigência legal, de modo a garantir maior competitividade entre as concorrentes.
- 8.2.** Quanto ao parcelamento do **projeto** a ser elaborado, cada projeto deve abranger uma única edificação, **não cabendo, assim, o parcelamento**. Além disso, todos os projetos devem ser elaborados pela mesma projetista, a fim de que seja realizada a compatibilização entre as disciplinas de projetos. Ainda, o parcelamento do projeto de uma mesma obra possibilitaria a discussão acerca da responsabilidade sob eventual falha durante a futura obra advinda de erros de projetos. Destarte, em que pese ser tecnicamente viável dividir a solução, não é, na prática, solução economicamente admitida, pelas razões já indicadas e por perda de escala ao dividir a solução, não havendo, em contrapartida, aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao parcelar o objeto.
- 8.3.** Quanto ao parcelamento de **obra** de construção, a contratação de distintas empresas do ramo de construção para futuramente atuarem em conjunto numa mesma obra acarretaria a necessidade do gerenciamento das equipes pelo fiscal do contrato, ao qual, nesse cenário hipotético, caberia administrar os eventuais conflitos além de toda a logística para que os diferentes contratados atuem de forma harmônica. Ainda que dispusesse a Administração de quantidade suficiente de fiscais para tanto, o custo administrativo se tornaria inviável. Ainda, o número de contratos se multiplicaria, incrementando os custos administrativos de gestão. Continuando, inúmeros conflitos de garantias poderão surgir, encontrando-se a fiscalização no papel de árbitro na apuração de responsabilidades. Pode ocorrer também o descompasso entre os fornecedores, que poderia levar à paralisação da obra ou a multas ou solicitações de reequilíbrio por parte de algum fornecedor que restasse prejudicado, repassando à Administração todo esse risco e gerenciamento logístico. De igual forma e como já referido quanto aos projetos, **não será admissível o parcelamento** do objeto referente aos serviços de execução de obra, tendo em vista se tratar de contratação integrada.
  - 8.3.1.** Todas estas considerações se estendem para a aquisição de materiais e mão de obra de forma separada. A Administração se encontraria no papel de providenciar e gerenciar a compra dos materiais, bem como a logística de entrega destes, administrando e fiscalizando, ainda, o devido emprego destes materiais e perdas na execução dos serviços.

Participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)

- 8.4.** Os lotes desta contratação destinam-se à participação geral, não havendo itens e/ou lotes/grupos exclusivos ou reservados para participação de ME/EPP.
  - 8.4.1. Não se aplica** ao presente caso o benefício previsto no art. 48, incisos I, II e III, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, pois o valor estimado da contratação é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Participação de consórcio

- 8.5.** Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 8.6.** Deverão ser observadas as seguintes disposições para a participação de licitação em consórcio:
  - 8.6.1.** As licitantes pessoas jurídicas deverão apresentar comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
    - 8.6.1.1.** O compromisso de constituição do consórcio deve ser apresentado por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
  - 8.6.2.** Deverá haver indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
    - 8.6.2.1.** A empresa responsável pela execução da obra será necessariamente a empresa líder do consórcio.
  - 8.6.3.** Para efeito de qualificação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;
  - 8.6.4.** Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;
    - 8.6.4.1.** O acréscimo percentual sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira do consórcio será devidamente indicado no Edital da contratação.
      - 8.6.4.1.1.** Tal acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
  - 8.6.5.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica, e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;
  - 8.6.6.** É vedado à empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
  - 8.6.7.** Os integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 8.7.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso neste capítulo.
- 8.8.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato, conforme disposto no capítulo 10 deste Termo.

Subcontratação

- 8.9.** É vedada a subcontratação total ou da parcela principal do objeto contratual. Contudo, é admitida a subcontratação parcial, referente aos serviços acessórios.
  - 8.9.1.** Quanto aos **projetos**, será **permitida** a subcontratação de serviços específicos, os quais não façam parte das atividades profissionais/técnicas da empresa Contratada, e é vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação. Portanto, a Contratada poderá subcontratar os serviços referentes aos levantamentos e estudos de topografia e de geotecnia necessários para a elaboração do projeto.
  - 8.9.2.** Quanto à **execução da obra**, a Contratada poderá subcontratar os serviços relativos à instalação de sistema de ar-condicionado, fundações, instalação de elevadores, divisórias, forros, estrutural glazing, brises, fachadas ventiladas, impermeabilizações, e serviços de instalações especializadas de elétrica e afins.
  - 8.9.3.** A Subcontratação não exime de qualquer forma as responsabilidades da contratada frente ao serviço a ser prestado, bem como qualidade dos materiais empregados.
  - 8.9.4.** Mesmo com a prévia autorização para subcontratação dos serviços acima listados, é possível que seja necessário a subcontratação de outros serviços, contudo estes casos deverão ser analisados previamente pela fiscalização.
  - 8.9.5.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
  - 8.9.6.** A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
  - 8.9.7.** O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
  - 8.9.8.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 9.1.** O prazo para a execução da elaboração dos projetos e demais elementos técnicos, incluindo a aprovação junto aos órgãos competentes, bem como o orçamento e execução da obra, é de **32 (trinta e dois) meses** consecutivos e simultâneos para cada Comarca (lote), distribuídos conforme as fases descritas abaixo:
- 9.2. DA 1ª FASE (Projetos Básicos)**
  - 9.2.1.** O prazo para a elaboração dos projetos básicos e demais elementos técnicos, incluindo a aprovação junto aos órgãos competentes, bem como o orçamento da obra, além da entrega do Cronograma detalhado da obra, a ser elaborado pela Contratada, é de **12 (doze) meses** consecutivos e simultâneos para cada Comarca (Lote), conforme prazos listados no “Cronograma de contrato”, parte integrante dos Databook’s, com quitação integral da 1ª Fase distribuída em uma parcela **única** no aceite dos serviços pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
  - 9.2.2.** Os documentos de projeto a serem entregues em cada Parte da Fase acima constam do documento “Listagem de projetos a serem entregues”, e a entrega deverá seguir o discriminado no documento “Diretrizes para elaboração de Projetos”.
  - 9.2.3.** Ao final da fase, como condicionante para a assinatura do Termo de Recebimento de Projetos e Orçamento, além dos documentos acima, a contratada deverá protocolar junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:
    - Alvará de execução definitivo com indicação do engenheiro responsável da obra, em conformidade com anotação de responsabilidade técnica emitida;
    - Comprovante de Inscrição de Obra (CNO).
- 9.3. DA 2ª FASE (Projetos Executivos e Execução das Obras)**
  - 9.3.1.** A 2ª Fase somente terá início, inclusive para limpeza do terreno, alocação de canteiro de obras e demais medidas executivas, após o aceite e liberação da 1ª Fase pela fiscalização Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
  - 9.3.2.** O prazo para a execução da obra será de **20 (vinte) meses** para cada Comarca (Lote), aí incluída a elaboração dos projetos executivos, a serem entregues conforme cronograma de execução de obras, segundo critério fixado pela Contratada e limitado às “Diretrizes para elaboração de projetos TJPR”, “Especificações para Elaboração de Projetos TJPR”, e demais preceitos constantes nos documentos anexos.

**9.3.3.** Os projetos executivos referentes à 2ª fase do contrato deverão ser protocolados junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

**Roteiro para desenvolvimento dos projetos**

**9.4.** A elaboração dos projetos e cronogramas de obra, aprovação nos órgãos competentes, orçamentos, e execução serão divididos em duas fases para cada lote, inclusive para fins de desembolso e prazos de entrega, conforme detalhado a seguir, no presente documento. Salienta-se que o documento “Especificações para contratação” fornecido não pode ser alterado, devendo ser obedecidos todos os documentos técnicos listados na “Listagem de projetos a serem entregues”, onde constam os anteprojetos, as especificações de materiais, acabamentos, e sistemas construtivos do TJPR, esses requisitos são condicionantes para o aceite do Projeto Básico e início da 2ª Fase do contrato.

**9.5.** A contratação, então, além da elaboração dos projetos básicos, orçamento e cronogramas, engloba a aprovação de todos os projetos nos respectivos órgãos competentes que se fizerem necessárias à emissão do Alvará de Construção, bem como aprovação nos órgãos responsáveis pelo fornecimento de água potável e energia elétrica, ligação da edificação a rede de esgoto, aprovação do projeto arquitetônico na Prefeitura do município, licenças para corte de árvores e para terraplenagem, licenças ambientais municipais, aprovação do programa de resíduos sólidos no município, aprovação do projeto de contenção de cheias, aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros, aprovação para ligação elétrica das bombas de incêndio, entre outras que se fizerem necessárias para a execução das obras. A empresa contratada também deverá verificar a necessidade de demolições de edificações, muros e cercas existentes nos terrenos, realizando todas as diligências executivas prévias ao início das obras, para posterior fiscalização e aceite pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

**9.6.** A execução dos serviços para cada lote se dará em duas fases distintas, conforme “Cronograma de Contrato”. A 1ª Fase trata-se da elaboração dos projetos básicos, orçamentação da obra, elaboração de cronograma físico detalhado de execução da obra, obtenção das aprovações necessárias, e outros serviços que se fizerem indispensáveis para emissão do Alvará e início da obra, e suas entregas deverão obedecer à “Listagem de projetos a serem entregues”, conforme descrito no “Cronograma do Contrato”.

**9.7.** A 2ª Fase trata-se da elaboração dos projetos executivos e execução das obras nos moldes e requisitos estabelecidos nas Especificações para contratação elaboradas pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como em conformidade com os documentos de Diretrizes para elaboração de projetos TJPR, Diretrizes para execução da obra TJPR e demais documentos anexos. A 2ª Fase só poderá ser iniciada após a aprovação da Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos serviços relativos à 1ª Fase. Os projetos executivos a serem elaborados e entregues na 2ª fase, deverão obedecer à “Listagem de projetos a serem entregues” e seu cronograma de entregas será definido ao final da 1ª fase, juntamente com a elaboração do planejamento de obra.

**Critérios de aceite do planejamento**

**9.8.** O Planejamento da futura obra deverá ser elaborado em conformidade com as “Diretrizes para elaboração de projetos TJPR” e as “Especificações para elaboração de projetos TJPR”, constantes do Databook, e servirá como base para a definição das parcelas de pagamento da 2ª fase do contrato, que se trata da fase de execução de obra, devendo obrigatoriamente:

1. Descrever detalhadamente todos os serviços de cada fase do planejamento, acompanhado de desenhos, quantitativos, e demais informações necessárias ao acompanhamento da obra pela fiscalização e futuros pagamentos. As etapas deverão estar claramente compatibilizadas com o cronograma físico (gráfico de Gantt) e cronograma financeiro.
2. Considerar a mobilização e desmobilização de obra.
3. Considerar em seu prazo de execução o tempo de chuva recorrente em conformidade com o Anexo I do documento “Diretrizes para elaboração de projetos TJPR”, indicado no Apêndice 1.

**Obrigações das partes**

**9.9.** Além das obrigações previstas no instrumento contratual, a **Contratante** deve:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato;
  - b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, e pertinentes ao objeto do presente Contrato;
  - c) Assegurar o livre acesso às áreas envolvidas na obra de pessoa(s) credenciada(s) pela CONTRATADA para a execução dos serviços necessários;
  - d) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da(s) fatura(s) em dia;
  - e) Apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, as ART's do(s) profissional(is) responsável(is) pela fiscalização da obra/serviço, a serem nomeados pela Coordenadoria de Edificações da SEINFRA, devidamente quitadas.
- 9.10.** Além das obrigações previstas no instrumento contratual, a **Contratada** deve:

a) Apresentar em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, como condição para a emissão da ordem de execução dos serviços, os seguintes documentos:

**a.1)** anotação de Responsabilidade Técnica (ART's) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT's) dos profissionais de nível superior designados, devidamente quitada. Caso a CONTRATADA, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediados e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, conseqüentemente inscrita no CREA/CAU de origem, deverá apresentar o visto da empresa, junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, quando cabível e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/66, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/97 do CONFEA;

- a.1.1)** A emissão das Anotações de Responsabilidade Técnicas (ART's e/ou RRT's) deve seguir as seguintes orientações:
  - i. Deverão ser emitidas responsabilidades técnicas diferentes para os serviços de elaboração de projetos, orçamentação e execução de obra, mesmo que o profissional responsável por eles seja o mesmo;
  - ii. Cada ART deve ser anexada no sistema SEI, individualmente;
  - iii. O contratante para todos os serviços é a empresa contratada;
  - iv. O local da obra deve ser preenchido corretamente com logradouro, CEP, Município, etc. inclusive coordenadas, para o local onde projeto desenvolvido será implantado, em conformidade com o descrito no documento “ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO”;
  - v. Todo o projeto/serviço contratado deverá estar descrito na Anotação de Responsabilidade Técnica; quando não houver serviço especificado deverá estar listado no campo observações;
  - vi. O profissional emissor da anotação de responsabilidade técnica deve ser o mesmo nomeado no ato da contratação. Caso haja necessidade de substituição do profissional a mesma deve ser solicitada formalmente ao Tribunal de Justiça, conforme estipulado no documento que gerou a contratação;
  - vii. No campo atividade técnica, deve constar o serviço contratado como, por exemplo, coordenação, elaboração de projetos, elaboração de orçamento, etc. Para atendimento deste item é possível que o mesmo profissional tenha que emitir mais de uma anotação de responsabilidade técnica;
  - viii. Não serão aceitas as anotações de responsabilidade técnica que apresentem serviços diferentes dos elencados no termo de nomeação para o profissional emissor da respectiva ART / RRT;
  - ix. Havendo alterações no andamento dos projetos como área, ou outros, ao final, para assinatura do Termo de Recebimento Provisório, as ART's / RRT's deverão ser ajustadas.

**a.2)** demonstração de vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais designados, mediante cópia da CTPS, Contrato Social, ou Contrato de Prestação de Serviços;

**a.3)** garantia de execução contratual, nos termos do edital de licitação e instrumento contratual.

**b)** Responsabilizar-se pela qualificação dos profissionais designados, respondendo solidariamente com o autor do projeto que, eventualmente, apresente alguma irregularidade;

**c)** Comparecer às reuniões técnicas agendadas:

**c.1)** No início dos serviços, em até cinco dias úteis da Ordem de Execução dos Serviços, será realizada uma reunião em que todos os projetistas da Contratada e o Coordenador do contrato deverão estar presentes para verificação dos serviços contratados, esclarecimentos de dúvidas e apresentação das diretrizes iniciais do projeto.

**c.2)** Durante todo o andamento do contrato serão programadas, quando necessário, reuniões de acompanhamento dos serviços em que todos os profissionais responsáveis pelos projetos e serviços que constem da pauta da reunião deverão comparecer.

**c.3)** A entrega de cada uma das etapas dos serviços será feita através de Reunião, podendo haver dispensa desta a critério da Contratante, onde serão apresentados, pela Contratada, todos os trabalhos realizados. A falta de um ou mais documentos, relativos à determinada etapa, impedirá a conferência do TJPR na documentação recebida e a etapa será considerada não entregue.

**d)** Elaborar e entregar todos os projetos e demais elementos técnicos com nível de detalhamento que permita a sua perfeita compreensão e que oriente a execução da obra, de acordo com as Normas técnicas vigentes e em conformidade as Diretrizes para Elaboração de Projetos TJPR e demais documentos técnicos que integram o EDITAL;

**e)** Submeter os documentos elaborados à Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura, à qual caberá comunicar eventuais falhas constatadas na execução dos serviços e solicitar que a Contratada proceda, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, à correção das mesmas;

**f)** Entregar todos os documentos e projetos em meio digital, ou eventualmente a critério do Contratante, em cópias plotadas em escala, constando necessariamente todos os elementos técnicos indicados na documentação técnica anexa à instrução da contratação e outros exigidos pela boa técnica, legislação e normas vigentes;

**f.1)** No caso de necessidade de cópias plotadas, estas deverão estar devidamente assinadas pelos responsáveis técnicos.

**g)** Os documentos de texto ou planilhas devem ser desenvolvidos em processadores de texto e planilhas eletrônicas compatíveis com os arquivos do tipo DOC e XLS, respectivamente. Não serão aceitas as seguintes extensões de arquivos: BAK, HTML, OST, PST ou outras similares;

**h)** Em todas as entregas todos os arquivos deverão ter suas versões editáveis e impressas em arquivo pdf, ou seja, deverão ser reproduções idênticas do arquivo digital que não é passível de alteração.

**i)** A entrega da documentação deve ser feita por disciplina (cada pasta uma disciplina) contendo listagem de todos os documentos com resumo de seu conteúdo. Cada planta impressa deverá estar em um arquivo distinto.

**j)** Para elaboração da planilha de quantidade que orientará o orçamento, o projetista de cada modalidade deverá fazer levantamento minucioso de todos os materiais a serem utilizados, os quais deverão ser de primeira qualidade, indicando quantidades e marcas mais adequadas existentes no mercado à época da entrega dos projetos (tecnicamente justificadas), apresentando listagens diferenciadas por projeto;

**k)** Refazer os projetos e demais elementos técnicos que não forem executados a contento e fora das especificações e normas técnicas vigentes;

**l)** Aprovar projetos junto aos órgãos públicos, acompanhar a aprovação promovendo as alterações por eles solicitadas, informando, semanalmente, ao Contratante a fase em que se encontra;

**m)** Os arquivos finais aprovados e devidamente assinados digitalmente com certificação digital válida deverão ser inseridos, via download, pela Contratada, no protocolo SEI do TJPR que será indicado em momento oportuno pela FISCALIZAÇÃO;

**n)** Todas as comunicações entre o TJPR e a Contratada deverão ser entre o Coordenador indicado pela Contratada e o Fiscal Técnico designado pelo Tribunal de Justiça, através do e-mail [projetosengenharia@tjpr.jus.br](mailto:projetosengenharia@tjpr.jus.br);

**o)** As solicitações formais, como pagamento, justificativas, aditivos de prazo ou de valor, alterações de cronograma, ou qualquer outra solicitação de alteração contratual, deverão ser protocoladas, pela Contratada, no protocolo geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para posterior encaminhamento ao Gestor do Contrato para conhecimento, análise e devido encaminhamento;

**p)** A emissão das Anotações de Responsabilidade Técnicas (ART's e/ou RRT's) deve seguir as seguintes orientações:

**p.1)** Deverão ser emitidas responsabilidades técnicas diferentes para os serviços de elaboração de projetos, orçamentação e execução de obra, mesmo que o profissional responsável por eles seja o mesmo.

**p.2)** Cada ART deve ser anexada no sistema SEI, individualmente.

**p.3)** O contratante para todos os serviços é a empresa contratada.

**p.4)** O local da obra deve ser preenchido corretamente com logradouro, CEP, Município, etc., inclusive coordenadas, para o local onde o projeto desenvolvido será implantado, em conformidade com o descrito no documento “ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO”.

**p.5)** Todo o projeto/serviço contratado deverá estar descrito na Anotação de Responsabilidade Técnica, quando não houver serviço especificado deverá estar listado no campo observações.

**p.6)** O profissional emissor da anotação de responsabilidade técnica deve ser o mesmo nomeado no ato da contratação. Caso haja necessidade de substituição do profissional, a mesma deve ser solicitada formalmente ao Tribunal de Justiça, conforme estipulado no documento que gerou a contratação.

**p.7)** No campo atividade técnica, deve constar o serviço contratado, como por exemplo, coordenação, elaboração de projetos, elaboração de orçamento, etc. Para atendimento deste item é possível que o mesmo profissional tenha que emitir mais de uma anotação de responsabilidade técnica.

**p.8)** Não serão aceitas as anotações de responsabilidade técnica que apresentem serviços diferentes dos elencados no termo de nomeação para o profissional emissor da respectiva ART / RRT.

**p.9)** Havendo alterações no andamento dos projetos como área ou outros, ao final, para assinatura do Termo de Recebimento Provisório, as ART's / RRT's deverão ser retificadas.



10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- Gestão e fiscalização**
- 10.1.** A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização por parte da equipe técnica da **Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura (SG-SI-CED)**, conforme dispõe o Art. 117 da [Lei nº 14.133/2021](#) e suas alterações.
- 10.2.** Competirá aos servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.
- 10.3.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para o Contratante e nos prazos estabelecidos.
- 10.4.** A fiscalização, exercida no interesse do Contratante, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, seus agentes e prepostos, por qualquer dano que venha a causar ao Contratante ou a terceiros.
- 10.5.** A fiscalização técnica da 1ª Fase do contrato será exercida pelos fiscais designados da **Divisão de Projetos**.
- 10.6.** A fiscalização da elaboração dos projetos Executivos integrantes da 2ª fase do contrato será exercida pelos fiscais designados da **Divisão de Projetos**.
- 10.7.** A fiscalização da execução dos serviços da obra de construção, previstos na 2ª fase contratual, será exercida pelos fiscais designados pela **Divisão de Obras**, com base nos projetos básicos, executivos e demais elementos técnicos aprovados.
- 10.8.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistirão nos critérios estabelecidos para a avaliação da qualidade e de aceite dos serviços prestados em consonância aos recursos alocados, utilizando-se de instrumentos de controle para compreensão e mensuração dos seguintes aspectos:
- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado;
- b) A verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- c) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;
- d) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- e) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- f) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato na forma prevista na [Lei nº 14.133/2021](#) e suas alterações posteriores.
- 10.9.** A gestão do contrato competirá à **Divisão de Gestão de Contratos de Infraestrutura da Coordenadoria de Gestão de Contratos e Convênios da Secretaria de Contratações Institucionais (SG-SCI-CGCC-DGCI)**, e o gestor será designado em ato próprio pelo respectivo Secretário.

**Formalização da contratação e vigência**

- 10.10.** A vigência do contrato terá início a partir de sua formalização, até 180 (cento e oitenta) dias do término do prazo de execução dos serviços.
- 10.11.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 10.12.** As demais hipóteses e condições para a prorrogação da vigência do contrato serão disciplinadas pela minuta contratual padronizada.
- 10.13.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Referência; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade à contratação.

**Garantia contratual e seguro de riscos de engenharia**

- 10.14.** A garantia contratual (de execução) será necessária e deverá ser apresentada pela contratada conforme previsto na Minuta Contratual anexa ao Edital de Licitação.
- 10.15.** A garantia contratual observará os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual, do qual este termo de referência é parte integrante.
- 10.16.** No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.
- 10.17.** Em atendimento ao contido no Ofício nº 227/2023-TCE/PR (9888569) e na APA nº 28746/2023-TCE/PR (9888574), bem como ao conteúdo do Despacho Nº 10000777 - P-GP, não será obrigatória a apresentação de apólice de seguro de riscos de engenharia (responsabilidade civil) relativa à obra. Porém, os riscos em questão deverão ser **INTEGRALMENTE** suportados pela **CONTRATADA**, à qual será facultada a contratação de seguradora para a cobertura daqueles.

**Alocação dos riscos**

- 10.18.** A Matriz de Alocação dos Riscos é cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes, e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.
- 10.19.** A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Alocação dos Riscos.
- 10.20.** A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Alocação dos Riscos.
- 10.21.** Integrará o Edital desta contratação a Matriz de Alocação dos Riscos, na qual se identificam os riscos contratuais previstos e presumíveis, alocando-os entre Contratante e Contratada, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.
- 10.22.** Os requerimentos ou manifestações da vencedora/contratada, referentes à execução do objeto (por ex: alteração de marcas, prorrogação de prazos, etc.), deverão ser devidamente motivados, instruídos com documentos hábeis, e protocolizados conforme as regras constantes no Edital da licitação.
- 10.23.** A licitante mais bem classificada na etapa de lances deverá apresentar, juntamente com o envio da proposta recomposta, a Declaração de ciência da Matriz de Alocação de Riscos da contratação (Apêndice 3), indicando ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

**Metodologia para concessão de aditivos**

- 10.24.** O instrumento contratual disciplina as condições e hipóteses de alteração e revisão financeira.
- 10.25.** A metodologia para concessão de aditivo de prorrogação de prazo em razão de chuvas está disciplinada nos documentos anexos “DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TJPR”, indicado no Apêndice 1 deste Termo.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**Cronograma de medições dos serviços**

- 11.1.** Somente será considerado cumprido o serviço após a entrega de todos os serviços descritos, e aceite pelo TJPR, sem restar pendências ou correções por parte da contratada.
- 11.2.** Os cronogramas para execução dos serviços de cada lote estão indicados na documentação mencionada no Apêndice 1 deste Termo.
- 11.3.** As Etapas com suas respectivas Parcelas e desembolsos são:
- 11.4. LOTE 1 – CAMPO MOURÃO (CMO)**
- 11.4.1.** 1ª FASE – Prazo de execução de 12 (doze) meses após a emissão da OES, equivalente a 1,63% (um vírgula sessenta e três por cento) do valor do contrato, dividida em 01 (uma) parcela, conforme indicado no cronograma de contrato (Apêndice 1).
- 11.4.2.** 2ª FASE – Prazo de execução de 20 (vinte) meses consecutivos após a conclusão da 1ª FASE, equivalente a 98,37% (noventa e oito vírgula trinta e sete por cento) do valor do contrato, dividida em 20 (vinte) parcelas mensais, conforme indicado no cronograma de contrato (Apêndice 1).
- 11.4.2.1.** O pagamento da 2ª Fase será nas parcelas acima referidas e de acordo com o definido no cronograma físico-financeiro elaborado pela contratada, conforme descrito no objeto da 1ª fase do contrato e devidamente aprovado pela fiscalização técnica.
- 11.5. LOTE 2 - COMARCA DE PARANAVAÍ (PAR)**
- 11.5.1.** 1ª FASE – Prazo de execução de 12 (doze) meses após a emissão da OES, equivalente a 1,66% (um vírgula sessenta e seis por cento) do valor do contrato, dividida em 01 (uma) parcela, conforme indicado no cronograma de contrato (Apêndice 1).
- 11.5.2.** 2ª FASE – Prazo de execução de 20 (vinte) meses consecutivos após a conclusão da 1ª FASE, equivalente a 98,34% (noventa e oito vírgula trinta e quatro por cento) do valor do contrato, dividida em 20 (vinte) parcelas mensais, conforme indicado no cronograma de contrato (Apêndice 1).
- 11.5.2.1.** O pagamento da 2ª Fase será nas parcelas acima referidas e de acordo com o definido no cronograma físico-financeiro elaborado pela contratada, conforme descrito no objeto da 1ª fase do contrato e devidamente aprovado pela fiscalização técnica.
- 11.6. LOTE 3 - COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA (UNV)**
- 11.6.1.** 1ª FASE – Prazo de execução de 12 (doze) meses após a emissão da OES, equivalente a 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) do valor do contrato, dividida em 01 (uma) parcela, conforme indicado no cronograma de contrato (Apêndice 1).
- 11.6.2.** 2ª FASE – Prazo de execução de 20 (vinte) meses consecutivos após a conclusão da 1ª FASE, equivalente a 98,37% (noventa e oito vírgula trinta e sete por cento) do valor do contrato, dividida em 20 (vinte) parcelas mensais, conforme indicado no cronograma de contrato (Apêndice 1).
- 11.6.2.1.** O pagamento da 2ª Fase será nas parcelas acima referidas e de acordo com o definidas no cronograma físico-financeiro elaborado pela contratada, conforme descrito no objeto da 1ª fase do contrato e devidamente aprovado pela fiscalização técnica.

**Recebimento do objeto do contrato**

- 11.7.** O objeto do contrato será recebido de acordo com o artigo 140, incisos I, alíneas "a" e "b", da [Lei nº 14.133/2021](#), bem como disciplinado na minuta contratual padronizada, tendo, em especial, a seguinte disciplina:
- 11.7.1.** Recebimento provisório: será realizado pelos responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, seja da fase de projetos básicos, executivos e orçamentos, seja da fase de execução da obra, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;
- 11.7.2.** Recebimento definitivo: será realizado por Comissão presidida pelo Coordenador de Edificações e Infraestrutura e integrada de técnicos a serem nomeados, que não tenham participado do recebimento provisório da obra, e pelo Responsável Técnico da Contratada, mediante Termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, de acordo com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.7.2.1.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.

**Pagamento dos serviços executados**

- 11.8.** O pagamento dar-se-á mediante cumprimento da etapa financeira estipulada no cronograma físico-financeiro, pelos serviços efetivamente executados, índices de desembolso referencial, e obrigações pertinentes a cada etapa apresentados pela Contratada, após verificação, medição e aceitação dos serviços por parte da fiscalização do Contratante.
- 11.9.** A minuta contratual padronizada estabelecerá as condições para o pagamento e reajuste dos serviços executados.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 12.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

**12.2.** O modo de disputa será o **ABERTO E FECHADO**.

**12.3.** A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a **0,03% (zero vírgula zero três por cento) do valor total para cada lote** e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme Decisão 11860756.

**Regime de execução**

**12.4.** O regime de execução eleito para a presente contratação será a **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, com utilização do sistema ComprasGov do Governo Federal.

**12.5.** A adoção pela Contratação Integrada visa ampliar a eficiência na contratação e a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

**12.6.** O TJPR entende que este regime de contratação é o mais adequado para esta licitação, tendo em vista que as empresas poderão prever diversas técnicas e metodologias para a finalidade a que as obras se destinam.

**12.7.** Vislumbra-se que a contratação realizada de forma integral, seguindo cronograma físico medido por etapas, contenha foco no resultado, contudo, mantendo a preocupação quanto aos demais aspectos pertinentes à obra, como o socioambiental. Trata-se de um sistema que busca maneiras inovadoras e técnicas de eficiência para execução da obra, todavia, com grande controle de parâmetros realizado pelo Estado.

**12.8.** Principais elementos avaliados para a escolha da modalidade:

- a) Busca no mercado pela aplicação das melhores técnicas e metodologias, gerando economia e eficiência na contratação;
- b) Busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos;
- c) Aproximar as contratações públicas das sistemáticas utilizadas no Setor Privado;
- d) Compartilhar com o Contratado os riscos inerentes a este empreendimento, que em contratações executadas em outros regimes recaem apenas para o Contratante.

**Critérios de aceitabilidade de preços**

**12.9.** Por tratar-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o **VALOR TOTAL** estimado para a contratação, **para cada lote**.

**12.9.1.** O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço total/global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

**12.9.2.** Quando a Matriz de Alocação de Riscos da contratação for elaborada pelo Contratante (anexo do Edital), o interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar, juntamente com o envio da proposta, a Declaração de ciência de riscos (modelo no Apêndice 3 deste Termo) indicando ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

**Qualificação Técnica**

**12.10.** Para a qualificação técnica da contratação pretendida, em conformidade com o art. 67 da Lei 14.133/2021, justifica-se a necessidade de nomeação dos profissionais relacionados para cada projeto a ser desenvolvido, e a apresentação de Certidão de Registro válida, pelo fato de que na execução contratual haverá necessidade de responsável técnico pela execução dos serviços, com emissão de Responsabilidade técnica (ART ou RRT), por se tratar o objeto de serviços de engenharia.

**12.11.** A exigência de comprovação de acervo técnico é justificável uma vez que o projeto estrutural é a parcela de maior relevância e responsabilidade técnica no serviço a ser contratado.

**12.12.** No que tange aos quantitativos exigidos, respeitando-se, ainda, o limite recomendado no mesmo artigo da lei citada, que admite a exigência de atestados com quantidades máximas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação. Entende-se que o percentual de 50% é o que espelha o mínimo necessário para retratar, com fidelidade, a comprovação da qualificação técnica das proponentes, observada a dimensão dos projetos e a segurança do empreendimento, buscando preservar a consistência e a qualidade técnica do serviço.

Sistema a ser solicitado acervo	Total do projeto (m²)			Percentual	Acervo estimado	Adotado para fins de exigência de qualificação técnica operacional (m²)
	Fórum	Edícula	Total			
Área Construída	5.136,08	424,90	5.560,98	50,00%	2.780,49	2.780,00

**12.13.** Para a comprovação da qualificação técnica, a empresa licitante deverá apresentar:

**12.13.1. TERMO DE NOMEAÇÃO**, assinado por todos os profissionais designados para as funções abaixo, conforme modelo mencionado no Apêndice 4 deste Termo, devendo constar:

**12.13.1.1.** Para projetos:

- a) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela coordenação geral dos projetos (responsável pela coordenação geral das atividades do contrato);
- b) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela compatibilização (responsável pela compatibilização dos projetos entre as diferentes disciplinas e dos projetos com o orçamento);
- c) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico da edificação, Plano de Gestão de Resíduos da Obra, Planejamento de Obra com cronograma físico detalhado, Projeto de Canteiro, Avaliação da Integridade de Edificações Vizinhas, e Estudo Ambiental;
- d) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelos Levantamentos e Estudos, Investigação geotécnica – Ensaios de prova de carga estática, e ensaios de Laboratório;
- e) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto Arquitetônico Executivo - Projeto Arquitetônico, Projeto de Esquadrias e Brises, Projeto de Acessibilidade, Projeto de Layout interno, Projeto executivo de divisórias, Projeto de demolição, Projeto de Paisagismo, Projeto Legal, e Aprovações;
- f) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela Infraestrutura - Projeto de Fundações, Projeto de Contenções, Projeto de Terraplenagem, e Projeto de Pavimentação;
- g) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela Superestrutura - Projeto Estrutural em Concreto Armado, Projeto de Formas, e Projeto Estrutural em Aço ou Madeira;
- h) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto Hidrossanitário e/ou de Águas Pluviais, Projeto de Drenagem, Projeto de Reaproveitamento de Águas, Projeto de Contenção de Cheias, Projeto legal, e Aprovações;
- i) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto de Prevenção contra Incêndios, Incluso: extintores, hidrantes, sprinklers e GLP, alarme de incêndio, extração de fumaça, Projeto legal, e Aprovações;
- j) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto de Impermeabilização;
- k) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), se o EIV for exigido pelo órgão municipal;
- l) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto de Instalações elétricas (Iluminação de Ambientes, Rede de Energia e Tomadas, Automação, Subsistema de ar-condicionado, Sistema de sonorização), Projeto legal, e Aprovações;
- m) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto de Entrada de Energia, Projeto legal, e Aprovações;
- n) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto de Sistemas de Segurança e Monitoramento, Projeto legal, e Aprovações;
- o) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto de Rede Lógica e Cabeamento Estruturado, Projeto legal, e Aprovações;
- p) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas, Projeto legal, e Aprovações;
- q) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelo Projeto de Detecção de Incêndio, Projeto legal, e Aprovações;
- r) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelos Projetos de Ar-Condicionado;
- s) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelos Projetos de Ventilação e Exaustão com Rede de Dutos e Acessórios;
- t) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelos Projetos de Elevadores ou Plataformas Elevatórias.

**12.13.1.2.** Para Orçamento:

a) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado e registrado em seu conselho profissional, a ser designado como responsável técnico pelo Orçamento.

**12.13.1.3.** Para obra:

- a) 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como Coordenador da execução da obra;
- b) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela execução dos Sistemas Estruturais - Supraestrutura;
- c) 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela execução dos Sistemas Estruturais - Fundações, Contenções, e Arrimos;
- d) 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela execução das Obras e Sistemas Construtivos Cíveis;
- e) 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pelas Instalações Hidrossanitárias e de Prevenção e Combate a Incêndio;
- f) 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela execução das Instalações Elétricas;
- g) 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela execução das Instalações Mecânicas;
- h) 01 (um) profissional legalmente habilitado, a ser designado como responsável técnico pela Segurança do Trabalho;
- i) 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser nomeado como Engenheiro Civil Residente na Obra.

**12.13.1.4.** Consideram-se como legalmente habilitados os profissionais com as seguintes qualificações:

- a) Coordenador – profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
- b) Responsável pelos Sistemas Estruturais - Supraestrutura – profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
- c) Responsável pelos Sistemas Estruturais - Fundações, Contenções e Arrimos – profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
- d) Responsável pelas Obras e Sistemas Construtivos Cíveis – profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
- e) Responsável pelas Instalações Hidrossanitárias e de Prevenção e Combate a Incêndio - profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
- f) Responsável pelas Instalações Elétricas – profissional graduado em Engenharia Elétrica, devidamente habilitado e registrado no CREA;
- g) Responsável pelas instalações Mecânicas - profissional graduado em Engenharia Mecânica, devidamente habilitado e registrado no CREA;
- h) Responsável pela Segurança do Trabalho – profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no conselho de classe competente;
- i) Engenheiro Civil Residente na Obra - profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU.

**12.13.1.5.** Todos os profissionais listados no item acima podem pertencer ao quadro permanente da empresa ou serem contratados como autônomos.

**12.13.1.6.** Todos os profissionais nomeados, desde que habilitados, poderão ser designados/nomeados para mais de uma atividade.

**12.13.1.7.** A empresa atenderá a exigência do edital quanto à nomeação dos responsáveis técnicos desde que haja, NO MÍNIMO, 01 (um) profissional que atenda aos requisitos para cada especialidade.

**12.13.1.8.** Os profissionais nomeados a serem designados como responsáveis técnicos devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CONFEA que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CONFEA/CREA. Os profissionais nomeados de arquitetura, a serem designados como responsáveis técnicos, devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CAU que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CAU. Portanto deve ser caracterizada a



correlação entre a atribuição necessária para a atividade a ser desenvolvida e a respectiva atribuição de competências no âmbito de abrangência do campo de atuação do profissional, inclusive aquelas enquadradas como especialização com a peculiaridade de estender-se a mais de uma profissão, como as atividades relacionadas à Segurança do Trabalho, por exemplo.

**12.13.1.9.** No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma do CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

**12.13.1.10.** Será admitida a substituição desses por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/21).

**12.13.1.11.** Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no edital, a serem submetidos à análise e aprovação do Tribunal de Justiça, sob pena de inabilitação ou rescisão contratual.

**12.13.2. COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO** do pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declarem que participarão, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização do Tribunal (Termo de Nomeação – Apêndice 4).

**12.13.3. CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA** junto ao Conselho Profissional competente (CREA ou CAU), dentro do prazo legal de sua vigência.

**12.13.3.1.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**12.13.3.2.** As empresas consorciadas, caso autorizado o consórcio, deverão comprovar o registro no Conselho Profissional competente (CREA ou CAU) do Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos da Resolução nº 444/2000 do CONFEA.

**12.13.4. CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA** junto ao CREA, referente aos responsáveis técnicos de engenharia, e/ou **CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO** emitida pelo CAU, referente aos responsáveis técnicos de arquitetura, dentro do prazo legal de sua vigência.

**12.13.5.** As empresas licitantes e os responsáveis técnicos nomeados deverão comprovar a aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** emitida pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU) **ou Atestado de Capacidade Técnica firmado pelo proprietário da obra (pública ou particular)**, em que conste, obrigatoriamente, o início e termino da obra, sua localização, destinação e área de construção, com as seguintes características técnicas, consideradas como parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

**12.13.5.1.** Para os profissionais (qualificação técnico-profissional):

**a)** Para o Coordenador geral dos projetos: Coordenação ou compatibilização de projeto de construção nova, similar à do objeto, que englobe no mínimo duas áreas técnicas distintas, com área mínima de 2.760,00 m², como por exemplo: coordenação ou compatibilização de projeto arquitetônico com projeto estrutural, ou projeto hidráulico com projeto elétrico, etc.;

**b)** Para o Responsável pelo Projeto de Arquitetura: Elaboração de projeto arquitetônico de construção nova, similar à do objeto, com área mínima de 2.780,00 m²;

**c)** Para o Responsável pelo Projeto de Fundação: Elaboração de projeto de fundação de construção nova, similar à do objeto, com área mínima total do empreendimento de 2.780,00 m²;

**d)** Para o Responsável pelo Projeto Estrutural de Concreto: Elaboração de projeto estrutural de construção nova, similar à do objeto, com área mínima de 2.780,00 m²;

**e)** Para o Responsável pelo Projeto Hidráulico: Elaboração de projeto hidráulico de construção nova, similar à do objeto, com área mínima de 2.780,00 m²;

**f)** Para o Responsável pelo Projeto de Prevenção contra Incêndio: Elaboração de projeto de prevenção contra incêndio em obra similar ao objeto, com área mínima de 2.780,00 m²;

**g)** Para o Responsável pelo Projeto de Instalações Elétricas: Projeto de Instalações Elétricas com o item de elaboração de projeto elétrico, com no mínimo 700 pontos de tomadas (comuns e/ou estabilizadas);

**h)** Para o Responsável pelo Projeto de Entrada de Energia: Projeto de Entrada de Energia com o item de elaboração de projeto de entrada de energia de capacidade mínima de 225 kVA;

**i)** Para o Responsável pelo Projeto de Instalações de Lógica e Telefonia: Projeto de Instalações de Lógica e Telefonia com o item de elaboração de projeto elétrico de lógica, com no mínimo 300 pontos de cabeamento estruturado;

**j)** Para o responsável pelo Projeto de Ar-Condicionado: Elaboração de projeto de sistema de ar-condicionado tipo VRF em obra similar ao objeto, com capacidade mínima de 123 TR ou 153 HP;

**k)** Para o responsável pelo Projeto de Elevadores: Elaboração de projeto de elevador, sem área mínima;

**l)** Para o responsável pela Execução de Orçamento: Elaboração de orçamento de obra similar ao objeto, com área mínima de 2.780,00 m².

**12.13.5.2.** Para a empresa (qualificação técnico-operacional):

**a)** Execução de obra de construção nova, similar à do objeto, com área mínima de 3.000,00 m².

**12.13.5.3.** As Certidões de Acervo Técnico e os Atestado de Capacidade Técnica deverão observar o seguinte:

**a)** Nos casos de Certidões de Acervo Técnico emitidas com Atestado de Capacidade Técnica, este deverá também ser apresentado, devidamente firmado pelo contratante do projeto (público ou particular) e chancelado pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU);

**b)** No caso de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, o mesmo poderá ser chancelado OU não pelo conselho profissional competente, e deverá ser acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT/Outra) ou CAT, emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente, em nome de um dos profissionais vinculados ao referido atestado, a fim de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes;

**c)** As Certidões de Acervo Técnico emitidas sem Atestado de Capacidade Técnica, deverão discriminar todas as exigências técnicas elencadas acima;

**d)** Serão considerados serviços similares: edifícios comerciais (torres de escritório, shoppings centers), edifícios residenciais, edificações públicas (fóruns, sedes governamentais, secretarias, prédios educacionais e presídios), estádios, edifícios educacionais, hospitais, museus e teatros, sedes administrativas de indústrias, área comercial e de convivência de terminais rodoviários, ferroviários e aeroportuários;

**e)** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes certidões e/ou atestados de serviços executados de forma concomitante, desde que se refiram a objetos similares ao objeto licitado, e que atinjam, somados, quantitativos iguais ou superiores aos requeridos;

**f)** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa;

**g)** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**h)** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

**i)** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato;

**j)** A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos;

**k)** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

**l)** É válida a apresentação, pelo licitante, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/21 e regulamentos sobre o tema;

**m)** Não serão aceitos atestados/acervos referentes a edifícios de conjuntos habitacionais (tipo: COHAB, COHAPAR, INOCOOP, etc), galpões industriais, agrícolas, quadras esportivas e obras de arte, pontes, rodovias ou ferrovias. Para estes tipos de obras, serão aceitas áreas administrativas, desde que objetivamente descrita e discriminada a metragem quadrada desta área administrativa na CAT e/ou atestado;

**n)** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/21, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**Qualificação econômico-financeira**

**12.14.** As exigências para qualificação econômico-financeira estão indicadas no Edital da licitação, devidamente previstas e justificadas no processo, nos termos do inc. IX do art. 18 da lei 14.133/21.

**13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**Valores máximos para licitação**

**13.1.** Em resumo, os Valores Máximos Licitatórios, por lote, conforme Planilha de valores máximos estimados são:

**a)** Campo Mourão - R\$ 44.944.800,81 (quarenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais e oitenta e um centavos);

**b)** Paranavaí - R\$ 44.114.448,28 (quarenta e quatro milhões, cento e quatorze mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos);

**c)** União da Vitória - R\$ 44.077.065,30 (quarenta e quatro milhões, setenta e sete mil sessenta e cinco reais e trinta centavos).

**13.1.1. O custo estimado global da contratação é de R\$ 133.136.314,39 (cento e trinta e três milhões, cento e trinta e seis mil trezentos e quatorze reais e trinta e nove centavos),** conforme custos apostos nas tabelas indicadas no Apêndice 1 deste Termo e constará no edital da licitação, uma que vez que não há motivo para que o orçamento seja sigiloso. A metodologia da elaboração do orçamento estimativo constará entre os anexos do edital.

**BDI**

**13.2.** O resumo dos BDI's adotados para cada Comarca conforme Tabelas Limites para BDI são:

CONSTRUÇÃO DOS NOVOS FÓRUNS DE CMO, PAR E UNV						
	TABELA LIMITES PARA BDI					
	BDI PADRÃO		BDI DIFERENCIADO SEM ISS		BDI DIFERENCIADO COM ISS	
PARCELA DO BDI	Deson.	Não deson.	Deson.	Não deson.	Deson.	Não deson.
CMO	25,82%	22,22%	14,08%	10,89%	16,57%	13,24%
PAR	25,82%	22,22%	14,08%	10,89%	16,57%	13,24%
UNV	24,80%	21,26%	14,08%	10,89%	15,63%	12,34%

**14. SANÇÕES**

**14.1.** No caso de eventual descumprimento contratual e/ou porventura, de conduta ilícita, a fim de se identificar os pressupostos caracterizadores da infração e a precisa extensão serão incluídas no edital e na minuta contratual padronizada pela Consultoria Jurídica, a ser anexada ao Edital de Licitação, as penalidades cabíveis, de acordo com o art. 155 da [Lei nº 14.133/2021](#), [Decreto Judiciário nº 269/2022](#) e [Decreto Estadual nº 10.086/2022](#).

**15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** A despesa decorrente da contratação está adequada e compatível com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual, conforme verificado pela Secretaria de Finanças deste Tribunal referente ao exercício de 2026.

DOCUMENTOS EM COMUM PARA TODAS AS COMARCAS	
DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TJPR	DOC-SEI <a href="#">10344473</a>
ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TJPR	DOC-SEI <a href="#">10259901</a>
MEMORIAL DESCRITIVO DE MATERIAIS TJPR	DOC-SEI <a href="#">10259907</a>
ESPECIFICAÇÕES MATERIAIS E ACABAMENTOS PARA PROJETOS TJPR	DOC-SEI <a href="#">10259913</a>
CADERNO DE DETALHES PADRÃO TJPR	DOC-SEI <a href="#">10259920</a>
ANTEPROJETO COMPLETO ARQUITETURA FÓRUM P5000 - PDFs	DOC-SEI <a href="#">10652321</a>
ANTEPROJETO COMPLETO ARQUITETURA FÓRUM P5000 - DWGs	DOC-SEI 10876778 , 10876784, 10876793, 12591403, 12591433, 12591440, 10876827, 10876835, 10876845, 10876852
LISTAGEM DE PROJETOS A SEREM ENTREGUES	DOC-SEI <a href="#">10344491</a>
MEMORIAL DE OBRIGAÇÕES DE RESULTADO E DE MEIO	DOC-SEI 12588291
ANTEPROJETO MECÂNICA – FÓRUM P5000 - PDFs	DOC-SEI <a href="#">10253961</a>
MEMORIAL DE CÁLCULO INSTALAÇÕES MECÂNICA	DOC-SEI <a href="#">10253953</a>
MEMORIAL DE QUANTIDADES MECÂNICA	DOC-SEI <a href="#">10253955</a>
ANTEPROJETO COMPLETO ELÉTRICA – BLOCO E EDÍCULA - PDFs	DOC-SEI <a href="#">10263784</a>
MEMORIAL DE CÁLCULO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS – BLOCO E EDÍCULA	DOC-SEI <a href="#">10262373</a>
MEMORIAL DE QUANTITATIVOS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS – BLOCO E EDÍCULA	DOC-SEI <a href="#">10262406</a>
ANTEPROJETO SEGURANÇA – CFTV P5000 - DWGs	DOC-SEI 10876925, 10876939, 10876951, 10876962
ANTEPROJETO CABEAMENTO ESTRUTURADO – DADOS ELÉTRICA P5000 - DWGs	DOC-SEI 10876975, 10876981, 10876990, 10877002
ANTEPROJETO ILUMINAÇÃO P5000 - DWGs	DOC-SEI 10877017, 10877028, 10877033, 10877049
ANTEPROJETO TOMADAS P5000 - DWGs	DOC-SEI 10877142, 10877155, 10877166, 10877173
ANTEPROJETO ILUMINAÇÃO – TOMADAS COBERTURA P5000 - DWGs	DOC-SEI 10877215
ANTEPROJETO ILUMINAÇÃO – TOMADAS – CFTV EDÍCULA P5000 - DWGs	DOC-SEI 10877185
ANTEPROJETO SONORIZAÇÃO TÉRREO P5000 - DWGs	DOC-SEI 10877124
ANTEPROJETO AR CONDICIONADO EVENTILAÇÃO - DWGs	DOC-SEI 10877337, 10877347, 10877365, 10877376, 10877392, 10877403
ANTEPROJETO ELEVADORES P5000 - DWGs	DOC-SEI 10877413
ANTEPROJETO SUPERESTRUTURA BLOCO P5000 E EDÍCULA - PDFs	DOC-SEI 12588360
MEMORIAL DE CÁLCULO SUPERESTRUTURA P5000 E EDÍCULA	DOC-SEI 12588365
MEMORIAL DE QUANTIDADES SUPERESTRUTURA P5000 E EDÍCULA	DOC-SEI 12588378
ANTEPROJETO SUPERESTRUTURA BLOCO P5000 E EDÍCULA - DWGs	DOC-SEI 12589495, 12589507, 12589527, 12589543, 12589557, 12589569, 12589579, 12589594, 12589600, 12589610, 12589619, 12589627, 12589657, 12589678
ANTEPROJETO DETECTORES DE FUMAÇA E SPRINKLER - DWG	DOC-SEI 12590600
MEMORIAL DE CÁLCULO DETECTORES DE FUMAÇA E SPRINKLER	DOC-SEI 12590632
MEMORIAL DE DIMENSIONAMENTO PREVENÇÃO INCÊNDIOS	DOC-SEI 12590654
MEMORIAL QUANTITATIVO DETECTORES DE FUMAÇA E SPRINKLER	DOC-SEI 12590670
MEMORIAL QUANTITATIVO BLOCO P5000 E EDÍCULA – EXCETO ELÉTRICA, MECÂNICA, SUPERESTRUTURAS E SPRINKLERS	DOC-SEI 12590443
MEMORIA DE CÁLCULO HIDROSANITÁRIO, IMPERMEABILIZAÇÃO	DOC-SEI 12607049
NOTA TÉCNICA 01/2026	DOC-SEI <a href="#">12607555</a>

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS PARA A COMARCA DE CAMPO MOURÃO	
<b>SEI <a href="#">0037921-77.2024.8.16.6000</a></b>	
ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO	DOC-SEI 12602747
IMPLANTAÇÃO ARQUITETURA PDF	DOC-SEI <a href="#">11368159</a>
IMPLANTAÇÃO ARQUITETURA DWG	DOC-SEI 10877700
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO CMO DWG	DOC-SEI 10877721
RELATÓRIO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PDF	DOC-SEI 10260106
ESTUDOS GEOTÉCNICOS	DOC-SEI <a href="#">10260118</a>
MEMORIAL DE CÁLCULO TERRAPLANAGEM	DOC-SEI <a href="#">10260128</a>
ANTEPROJETO TERRAPLENAGEM	DOC-SEI 12594412
ANTEPROJETO ILUMINAÇÃO E CFTV – IMPLANTAÇÃO - PDFs	DOC-SEI 10262741
ANTEPROJETO CFTV IMPLANTAÇÃO - DWG	DOC-SEI 10877739
ANTEPROJETO ILUMINAÇÃO IMPLANTAÇÃO - DWG	DOC-SEI 10877750
MEMORIAL DE CÁLCULO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - IMPLANTAÇÃO	DOC-SEI <a href="#">10262661</a>
MEMORIAL DE QUANTIDADES ELÉTRICA - IMPLANTAÇÃO	DOC-SEI <a href="#">10262684</a>
DOCUMENTOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	DOC-SEI <a href="#">10338471</a> , <a href="#">10338475</a> , <a href="#">10338482</a> , <a href="#">10338485</a> , <a href="#">10343572</a> , 12599264, 12599278, 12599285, 12599295, 10260120, 12602709
DOCUMENTOS PRÉ-APROVAÇÕES	DOC-SEI 10346538
MEMORIAL QUANTITATIVO IMPLANTAÇÃO – EXCETO TORRE, EDÍCULA, ELÉTRICA, FUNDAÇÕES, CONTENÇÕES, ESTRUTURAS COMPLEMENTARES E METÁLICAS DA IMPLANTAÇÃO	DOC-SEI 12599905
DIRETRIZES PRA EIV – ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	DOC-SEI 10260125
CRONOGRAMA DE CONTRATO	DOC-SEI <a href="#">11361826</a>
ANTEPROJETO ESTRUTURAS METÁLICAS – MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES E ANTEPROJETO - PDFs	DOC-SEI 12598030
ANTEPROJETO ESTRUTURAS METÁLICAS - DWGs	DOC-SEI 12598031, 12598032
ANTEPROJETO ESTRUTURAS COMPLEMENTARES CONCRETO – PDFs MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES, ANTEPROJETO	DOC-SEI 12598049



ANTEPROJETO ESTRUTURAS COMPLEMENTARES CONCRETO - DWGs	DOC-SEI 12598050, 12598051, 12598052, 12598054, 12598055, 12598057
ANTEPROJETO FUNDAÇÕES – PDFs MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES, ANTEPROJETO	DOC-SEI 12598112
ANTEPROJETO FUNDAÇÕES - DWGs	DOC-SEI 12598113, 12598114, 12598119, 12598120, 12598123, 12598125, 12598128
ANTEPROJETO CONTENÇÕES – PDFs MEMORIA DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES, ANTEPROJETO	DOC-SEI 12598194
ANTEPROJETO CONTENÇÕES - DWG	DOC-SEI 12598198
MATRÍCULA DE REGISTRO DE IMÓVEIS	DOC-SEI 9643501
<b>ORÇAMENTOS</b>	
Memorial de Elaboração de Orçamento	DOC-SEI 12501738
Memorial de Definições de Orçamento	DOC-SEI 12501740
Tabela Limites de BDI	DOC-SEI 12501741
Memorial Estimativa de Custo da Entrada de Energia	DOC-SEI 12501749
Memorial de Cálculo do Orçamento Paramétrico	DOC-SEI 12501760
Orçamento Sintético Desonerado	DOC-SEI 12501762
Orçamento Sintético Não Desonerado	DOC-SEI 12501764
Orçamento Composições Analíticas	DOC-SEI 12501770
Orçamento Global	DOC-SEI 12501775
Orçamento Valores Máximos da Contratação	DOC-SEI 12501782
Orçamento Planilha de Percentuais	DOC-SEI 12501787
Memorial Banco de Cotação	DOC-SEI 12501794
Memorial de Cotações	DOC-SEI 12501797
Lei ISS Municipal	DOC-SEI 12501799
Cronograma Físico Financeiro	DOC-SEI 12501830

<b>DOCUMENTOS ESPECÍFICOS PARA A COMARCA DE PARANAVÁ</b>	
<b>SEI <a href="#">0037925-17.2024.8.16.6000</a></b>	
ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO	DOC-SEI 12606997
IMPLANTAÇÃO ARQUITETURA PDF	DOC-SEI <a href="#">11368140</a>
IMPLANTAÇÃO ARQUITETURA DWG	DOC-SEI 10877849
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DWG	DOC-SEI 10877859
RELATÓRIO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PDF	DOC-SEI <a href="#">10261503</a>
ESTUDOS GEOTÉCNICOS	DOC-SEI <a href="#">10261558</a>
MEMORIAL DE CÁLCULO TERRAPLANAGEM	DOC-SEI <a href="#">10261641</a>
ANTEPROJETO TERRAPLENAGEM	DOC-SEI 12594886
ANTEPROJETO ILUMINAÇÃO E CFTV – IMPLANTAÇÃO - PDFs	DOC-SEI 10262785
ANTEPROJETO CFTV IMPLANTAÇÃO - DWG	DOC-SEI 10877866
ANTEPROJETO ILUMINAÇÃO IMPLANTAÇÃO - DWG	DOC-SEI 10877874
MEMORIAL DE CÁLCULO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - IMPLANTAÇÃO	DOC-SEI <a href="#">10262771</a>
MEMORIAL QUANTIDADES ELÉTRICA - IMPLANTAÇÃO	DOC-SEI <a href="#">10262778</a>
MEMORIAL QUANTITATIVO IMPLANTAÇÃO – EXCETO TORRE, EDÍCULA, ELÉTRICA, FUNDAÇÕES, CONTENÇÕES, ESTRUTURAS COMPLEMENTARES E METÁLICAS DA IMPLANTAÇÃO	DOC-SEI 12599962
DIRETRIZES PARA EIV	DOC-SEI 10261616
DOCUMENTOS DE PRÉ-APROVAÇÕES	DOC-SEI 10346581
DOCUMENTOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	DOC-SEI <a href="#">10338513</a> , <a href="#">10338518</a> , <a href="#">10338520</a> , <a href="#">10338528</a> , <a href="#">10343542</a> , 12599367,12599379, 12599388,12599395, 12602710,10261603
CRONOGRAMA DE CONTRATO	DOC-SEI <a href="#">11361902</a>
ANTEPROJETO ESTRUTURAS METÁLICAS – MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES E ANTEPROJETO - PDFs	DOC-SEI 12598034
ANTEPROJETO ESTRUTURAS METÁLICAS - DWGs	DOC-SEI 12598035, 12598036
ANTEPROJETO ESTRUTURAS COMPLEMENTARES CONCRETO – PDFs MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES, ANTEPROJETO	DOC-SEI 12598060
ANTEPROJETO ESTRUTURAS COMPLEMENTARES CONCRETO - DWGs	DOC-SEI 12598062, 12598065, 12598067, 12598069, 12598070, 12598072
ANTEPROJETO FUNDAÇÕES – PDFs MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES, ANTEPROJETO	DOC-SEI 12598140
ANTEPROJETO FUNDAÇÕES - DWGs	DOC-SEI 12598142, 12598145, 12598148, 12598150, 12598152, 12598154, 12598157
ANTEPROJETO CONTENÇÕES – PDFs MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES, ANTEPROJETO	DOC-SEI 12598207
ANTEPROJETO CONTENÇÕES - DWG	DOC-SEI 12598213
MATRÍCULA DE REGISTRO DE IMÓVEIS	DOC-SEI 9643504
<b>ORÇAMENTOS</b>	
Memorial de Elaboração de Orçamento	DOC-SEI 12501854
Memorial de Definições de Orçamentos	DOC-SEI 12501856
Tabela Limites de BDI	DOC-SEI 12501861
Memorial Estimativa de Custo da Entrada de Energia	DOC-SEI 12501868
Memorial de Cálculo do Orçamento Paramétrico	DOC-SEI 12501874

Orçamento Sintético Desonerado	DOC-SEI 12501881
Orçamento Sintético Não Desonerado	DOC-SEI 12501882
Orçamento Composições Analíticas	DOC-SEI 12501889
Orçamento Global	DOC-SEI 12501895
Orçamento Valores Máximos da Contratação	DOC-SEI 12501901
Orçamento Planilha de Percentuais	DOC-SEI 12501907
Memorial Banco de Cotação	DOC-SEI 12501912
Memorial de Cotações	DOC-SEI 12501917
Lei ISS Municipal	DOC-SEI 12501922
Cronograma Físico Financeiro	DOC-SEI 12501928

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS PARA A COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA	
<b>SEI <a href="#">0037924-32.2024.8.16.6000</a></b>	
ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO	DOC-SEI 12602751
IMPLANTAÇÃO ARQUITETURA PDF	DOC-SEI <a href="#">11368018</a>
IMPLANTAÇÃO ARQUITETURA DWG	DOC-SEI 10877786
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DWG	DOC-SEI 10877802, 10877794
RELATÓRIO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PDF	DOC-SEI <a href="#">10262251</a>
PLANTA TOPOGRÁFICA - FOTOGRÁFICO	DOC-SEI 9788460
ESTUDOS GEOTÉCNICOS	DOC-SEI <a href="#">10262267</a>
MEMORIAL DE CÁLCULO TERRAPLANAGEM	DOC-SEI <a href="#">10262395</a>
ANTEPROJETO TERRAPLENAGEM	DOC-SEI 12594905
DOCUMENTO PRÉ-APROVAÇÕES	DOC-SEI 10346618
DIRETRIZES PARA EIV	DOC-SEI 10262356
ANTEPROJETO ILUMINAÇÃO E CFTV – IMPLANTAÇÃO - PDFs	DOC-SEI 10263362
ANTEPROJETO CFTV IMLANTAÇÃO - DWG	DOC-SEI 10877823
ANTEPROJETO ILUMINAÇÃO IMPLANTAÇÃO - DWG	DOC-SEI 10877827
MEMORIAL DE CÁLCULO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	DOC-SEI <a href="#">10263340</a>
MEMORIAL QUANTIDADES ELÉTRICA - IMPLANTAÇÃO	DOC-SEI <a href="#">10263352</a>
DOCUMENTOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	DOC-SEI <a href="#">10338204</a> , <a href="#">10338208</a> , <a href="#">10338237</a> , <a href="#">10338251</a> , <a href="#">10343559</a> , 12599445, 12599452, 12599464, 12599469, 10262280, 12602712
MEMORIAL QUANTITATIVO IMPLANTAÇÃO – EXCETO TORRE, EDÍCULA, ELÉTRICA, FUNDAÇÕES, CONTENÇÕES, ESTRUTURAS COMPLEMENTARES E METÁLICAS DA IMPLANTAÇÃO	DOC-SEI 12600042
CRONOGRAMA DE CONTRATO	DOC-SEI <a href="#">11361924</a>
ANTEPROJETO ESTRUTURAS METÁLICAS – MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES E ANTEPROJETO - PDFs	DOC-SEI 12598037
ANTEPROJETO ESTRUTURAS METÁLICAS - DWGs	DOC-SEI 12598038, 12598039
ANTEPROJETO ESTRUTURAS COMPLEMENTARES CONCRETO - PDFs MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES, ANTEPROJETO	DOC-SEI 12598074
ANTEPROJETO ESTRUTURAS COMPLEMENTARES CONCRETO - DWGs	DOC-SEI 12598076, 12598078, 12598079, 12598082, 12598083, 12598085
ANTEPROJETO FUNDAÇÕES – PDFs MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES, ANTEPROJETO	DOC-SEI 12598162
ANTEPROJETO FUNDAÇÕES - DWGs	DOC-SEI 12598167, 12598169, 12598171, 12598173, 12598174, 12598178, 1298179
ANTEPROJETO CONTENÇÕES – PDFs MEMORIAL DE CÁLCULO, MEMORIAL DE QUANTIDADES, ANTEPROJETO	DOC-SEI 12598220
ANTEPROJETO CONTENÇÕES - DWG	DOC-SEI 12598221
MATRÍCULA DE REGISTRO DE IMÓVEIS	DOC-SEI 9665774
<b>ORÇAMENTOS</b>	
Memorial de Elaboração de Orçamento	DOC-SEI 12501933
Memorial de Definições de Orçamentos	DOC-SEI 12501938
Tabela Limites de BDI	DOC-SEI 12501944
Memorial Estimativa de Custo da Entrada de Energia	DOC-SEI 12501947
Memorial de Cálculo do Orçamento Paramétrico	DOC-SEI 12501950
Orçamento Sintético Desonerado	DOC-SEI 12501954
Orçamento Sintético Não Desonerado	DOC-SEI 12501958
Orçamento Composições Analíticas	DOC-SEI 12501964
Orçamento Global	DOC-SEI 12501968
Orçamento Valores Máximos da Contratação	DOC-SEI 12501970
Orçamento Planilha de Percentuais	DOC-SEI 12501972
Memorial Banco de Cotação	DOC-SEI 12501975
Memorial de Cotações	DOC-SEI 12501976
Lei ISS Municipal	DOC-SEI 12501978
Cronograma Físico Financeiro	DOC-SEI 12501980

APÊNDICE 2 – DOCUMENTAÇÃO ANTEPROJETOS



<b>CAMPO MOURÃO – LOTE 01</b>	
Check list elementos de Anteprojeto. Nos termos do Decreto Estadual nº 10.086/2022, Art. 499	
<u>Alineas e ou incisos</u>	<u>DOC-SEI</u>
I - concepção da obra ou serviço de engenharia, contendo:	
a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, contendo o conjunto de características e condições necessárias ao desenvolvimento das atividades dos usuários da edificação que, adequadamente consideradas, definem e originam a proposição para o empreendimento a ser realizado;	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – DOC-SEI <a href="#">9830807</a> itens: - 6.2. Dados do Município - 7. Diagnóstico da Comarca - 8. Previsão da contratação no PAC e alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II) - 11. Levantamento de mercado - alternativas possíveis e estimativas de custos e prazos (art. 18, §1º, V) - 16. Resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX) - 18. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, XI) - 19. Impactos ambientais (art. 18, §1º, XII) - 22. Considerações finais – viabilidade da construção (art. 18, §1º, XIII) ESTUDO DE VIABILIDADE – DOC-SEI <a href="#">9786429</a>
b) estudo preliminar com a configuração inicial da solução arquitetônica proposta para a edificação, que representam graficamente as primeiras soluções obtidas considerando as exigências contidas no relatório de levantamento de dados elaborado com os dados do programa de necessidade.	Anteprojeto arquitetônico DOC-SEI <a href="#">11368159</a> e <a href="#">10652321</a>
c) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível;	Anteprojeto arquitetônico DOC-SEI <a href="#">11368159</a> e <a href="#">10652321</a>
d) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – DOC-SEI <a href="#">9830807</a> itens: - 6.2. Dados do Município - 7. Diagnóstico da Comarca - 8. Previsão da contratação no PAC e alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II) - 11. Levantamento de mercado - alternativas possíveis e estimativas de custos e prazos (art. 18, §1º, V) - 14. Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VII) - 16. Resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX) - 18. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, XI) - 19. Impactos ambientais (art. 18, §1º, XII) - 22. Considerações finais – viabilidade da construção (art. 18, §1º, XIII) ESTUDO DE VIABILIDADE – DOC-SEI <a href="#">9786429</a>
II - projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;	ESTUDO DE VIABILIDADE – DOC-SEI <a href="#">9786429</a> Relatório da Comarca, DOC-SEI <a href="#">9643530</a> Relatório DPLAN, DOC-SEI <a href="#">9636327</a> Padronização TJPR – SEI <a href="#">0141026-07.2023.8.16.6000</a>
III - levantamento topográfico e cadastral contendo, no mínimo:	
a) conhecimento geral do terreno, tais como relevo, limites, confrontantes, área, localização, amarração e posicionamento;	Levantamento Planialtimétrico, DOC-SEI <a href="#">10260106</a>
b) informações sobre o terreno destinadas a estudos preliminares, anteprojetos ou projetos básicos de projetos;	Levantamento Planialtimétrico, DOC-SEI <a href="#">10260106</a> Estudos geotécnicos, DOC-SEI <a href="#">10260118</a>
IV - pareceres de sondagem, de acordo com norma técnica específica;	Estudos geotécnicos, DOC-SEI <a href="#">10260118</a>
V - memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação, contendo, no mínimo:	
a) conceituação dos futuros projetos;	Anteprojeto arquitetônico DOC-SEI <a href="#">11368159</a> e <a href="#">10652321</a> Memorial descritivo de materiais, DOC-SEI <a href="#">10259907</a> Especificações de materiais e acabamentos, DOC-SEI <a href="#">10259913</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>
b) normas adotadas para a realização dos projetos;	Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>
c) premissas básicas a serem adotadas durante a elaboração dos projetos	Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a> Caderno de detalhes padrão, DOC-SEI <a href="#">10259920</a>
d) objetivos dos projetos;	Especificações para contratação DOC-SEI <a href="#">12602747</a>
e) níveis de materiais a serem empregados na obra e dos componentes construtivos;	Memorial descritivo de materiais, DOC-SEI <a href="#">10259907</a> Especificações de materiais e acabamentos, DOC-SEI <a href="#">10259913</a>
f) definição dos níveis de serviço desejado, com os resultados esperados da execução da obra ou serviço de engenharia e de sua operacionalização;	Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a> Listagem de projetos a serem entregues, DOC-SEI <a href="#">10344491</a>
g) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;	Especificações para contratação DOC-SEI <a href="#">12602747</a> Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>
h) visão global dos investimentos, com estimativa razoável do investimento a ser feito para a construção da obra ou serviço de engenharia e sua operacionalização;	Dados discriminados no Parecer <a href="#">12501262</a>
i) prazo de entrega;	Especificações para contratação DOC-SEI <a href="#">12602747</a> Cronograma de contrato DOC-SEI <a href="#">11361826</a>
j) demais detalhes que podem ser importantes para o entendimento completo do projeto esperado.	Databook SEI <a href="#">0037936-46.2024.8.16.6000</a> e <a href="#">0037921-77.2024.8.16.6000</a>
VI - matriz de riscos que defina a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação.	Matriz de alocação de riscos <a href="#">12620418</a>

<b>PARANAÍ – LOTE 02</b>	
Check list elementos de Anteprojeto. Nos termos do Decreto Estadual nº 10.086/2022, Art. 499	
<u>Alineas e ou incisos</u>	<u>DOC-SEI</u>
I - concepção da obra ou serviço de engenharia, contendo:	
a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, contendo o conjunto de características e condições necessárias ao desenvolvimento das atividades dos usuários da edificação que, adequadamente consideradas, definem e originam a proposição para o empreendimento a ser realizado;	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – DOC-SEI <a href="#">9830808</a> itens: - 6.2. Dados do Município - 7. Diagnóstico da Comarca - 8. Previsão da contratação no PAC e alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II) - 11. Levantamento de mercado - alternativas possíveis e estimativas de custos e prazos (art. 18, §1º, V) - 16. Resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX) - 18. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, XI) - 19. Impactos ambientais (art. 18, §1º, XII) - 22. Considerações finais – viabilidade da construção (art. 18, §1º, XIII) ESTUDO DE VIABILIDADE – DOC-SEI <a href="#">9788421</a>
b) estudo preliminar com a configuração inicial da solução arquitetônica proposta para a edificação, que representam graficamente as primeiras soluções obtidas considerando as exigências contidas no relatório de levantamento de dados elaborado com os dados do programa de necessidade.	Anteprojeto arquitetônico – DOC-SEI <a href="#">11368140</a> e <a href="#">10652321</a>
c) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível;	Anteprojeto arquitetônico DOC-SEI <a href="#">11368140</a> e <a href="#">10652321</a> Memorial descritivo de materiais, DOC-SEI <a href="#">10259907</a> Especificações de materiais e acabamentos, DOC-SEI <a href="#">10259913</a>
d) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – DOC-SEI <a href="#">9830808</a> itens: - 6.2. Dados do Município - 7. Diagnóstico da Comarca - 8. Previsão da contratação no PAC e alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II) - 11. Levantamento de mercado - alternativas possíveis e estimativas de custos e prazos (art. 18, §1º, V) - 14. Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VII) - 16. Resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX) - 18. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, XI) - 19. Impactos ambientais (art. 18, §1º, XII) - 22. Considerações finais – viabilidade da construção (art. 18, §1º, XIII) ESTUDO DE VIABILIDADE – DOC-SEI <a href="#">9788421</a>
II - projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;	ESTUDO DE VIABILIDADE – DOC-SEI <a href="#">9788421</a> Relatório da Comarca, DOC-SEI <a href="#">9643531</a> Relatório DPLAN, DOC-SEI <a href="#">9636338</a> Padronização TJPR – SEI <a href="#">0141026-07.2023.8.16.6000</a>
III - levantamento topográfico e cadastral contendo, no mínimo:	
a) conhecimento geral do terreno, tais como relevo, limites, confrontantes, área, localização, amarração e posicionamento;	Levantamento Planialtimétrico, DOC-SEI <a href="#">10261503</a>
b) informações sobre o terreno destinadas a estudos preliminares, anteprojetos ou projetos básicos de projetos;	Levantamento Planialtimétrico, DOC-SEI <a href="#">10261503</a> Estudos geotécnicos, DOC-SEI <a href="#">10261558</a>
IV - pareceres de sondagem, de acordo com norma técnica específica;	Estudos geotécnicos, DOC-SEI <a href="#">10261558</a>
V - memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação, contendo, no mínimo:	
a) conceituação dos futuros projetos;	Anteprojeto arquitetônico DOC-SEI <a href="#">11368140</a> e <a href="#">10652321</a>

22/05/2026, 18:07		SEI/TJPR - 12971601 - Termo de Referência	
		Memorial descritivo de materiais, DOC-SEI <a href="#">10259907</a>	
		Especificações de materiais e acabamentos, DOC-SEI <a href="#">10259913</a>	
		Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>	
b) normas adotadas para a realização dos projetos;		Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a>	
		Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>	
c) premissas básicas a serem adotadas durante a elaboração dos projetos		Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a>	
		Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>	
		Caderno de detalhes padrão, DOC-SEI <a href="#">10259920</a>	
d) objetivos dos projetos;		Especificações para contratação DOC-SEI <a href="#">12606997</a>	
e) níveis de materiais a serem empregados na obra e dos componentes construtivos;		Memorial descritivo de materiais, DOC-SEI <a href="#">10259907</a>	
		Especificações de materiais e acabamentos, DOC-SEI <a href="#">10259913</a>	
f) definição dos níveis de serviço desejado, com os resultados esperados da execução da obra ou serviço de engenharia e de sua operacionalização;		Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a>	
		Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>	
		Listagem de projetos a serem entregues, DOC-SEI <a href="#">10344491</a>	
g) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;		Especificações para contratação DOC-SEI <a href="#">12606997</a>	
		Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a>	
		Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>	
h) visão global dos investimentos, com estimativa razoável do investimento a ser feito para a construção da obra ou serviço de engenharia e sua operacionalização;		Dados discriminados no Parecer <a href="#">12501262</a>	
i) prazo de entrega;		Especificações para contratação DOC-SEI <a href="#">12606997</a>	
		Cronograma de contrato DOC-SEI <a href="#">11361902</a>	
j) demais detalhes que podem ser importantes para o entendimento completo do projeto esperado.		Databook SEI <a href="#">0037936-46.2024.8.16.6000</a> e <a href="#">0037925-17.2024.8.16.6000</a>	
VI - matriz de riscos que defina a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação.		Matriz de alocação de riscos <a href="#">12620418</a>	

<b>UNIÃO DA VITÓRIA – LOTE 03</b>	
Check list elementos de Anteprojeto. Nos termos do Decreto Estadual nº 10.086/2022, Art. 499	
<u>Alíneas e ou incisos</u>	DOC-SEI
I - concepção da obra ou serviço de engenharia, contendo:	
a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, contendo o conjunto de características e condições necessárias ao desenvolvimento das atividades dos usuários da edificação que, adequadamente consideradas, definem e originam a proposição para o empreendimento a ser realizado;	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – DOC-SEI <a href="#">9830809</a> itens: - 6.2. Dados do Município - 7. Diagnóstico da Comarca - 8. Previsão da contratação no PAC e alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II) - 11. Levantamento de mercado - alternativas possíveis e estimativas de custos e prazos (art. 18, §1º, V) - 16. Resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX) - 18. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, XI) - 19. Impactos ambientais (art. 18, §1º, XII) - 22. Considerações finais – viabilidade da construção (art. 18, §1º, XIII) ESTUDO DE VIABILIDADE – DOC-SEI <a href="#">9788422</a>
b) estudo preliminar com a configuração inicial da solução arquitetônica proposta para a edificação, que representam graficamente as primeiras soluções obtidas considerando as exigências contidas no relatório de levantamento de dados elaborado com os dados do programa de necessidade.	Anteprojeto arquitetônico – DOC-SEI <a href="#">11368018</a> e <a href="#">10652321</a>
c) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível;	Anteprojeto arquitetônico DOC-SEI <a href="#">11368018</a> e <a href="#">10652321</a> Memorial descritivo de materiais, DOC-SEI <a href="#">10259907</a> Especificações de materiais e acabamentos, DOC-SEI <a href="#">10259913</a>
d) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – DOC-SEI <a href="#">9830809</a> itens: - 6.2. Dados do Município - 7. Diagnóstico da Comarca - 8. Previsão da contratação no PAC e alinhamento entre a contratação e o planejamento (art. 18, §1º, II) - 11. Levantamento de mercado - alternativas possíveis e estimativas de custos e prazos (art. 18, §1º, V) - 14. Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VII) - 16. Resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX) - 18. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, XI) - 19. Impactos ambientais (art. 18, §1º, XII) - 22. Considerações finais – viabilidade da construção (art. 18, §1º, XIII) ESTUDO DE VIABILIDADE – DOC-SEI <a href="#">9788422</a>
II - projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;	ESTUDO DE VIABILIDADE – DOC-SEI <a href="#">9788422</a> Relatório da Comarca, DOC-SEI <a href="#">9643533</a> Relatório DPLAN, DOC-SEI <a href="#">9636344</a> Padronização TJPR – SEI <a href="#">0141026-07.2023.8.16.6000</a>
III - levantamento topográfico e cadastral contendo, no mínimo:	
a) conhecimento geral do terreno, tais como relevo, limites, confrontantes, área, localização, amarração e posicionamento;	Levantamento Planialtimétrico, DOC-SEI <a href="#">10262251</a>
b) informações sobre o terreno destinadas a estudos preliminares, anteprojetos ou projetos básicos de projetos;	Levantamento Planialtimétrico, DOC-SEI <a href="#">10262251</a> Estudos geotécnicos, DOC-SEI <a href="#">10262267</a>
IV - pareceres de sondagem, de acordo com norma técnica específica;	Estudos geotécnicos, DOC-SEI <a href="#">10262267</a>
V - memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação, contendo, no mínimo:	
a) conceituação dos futuros projetos;	Anteprojeto arquitetônico DOC-SEI <a href="#">11368018</a> e <a href="#">10652321</a> Memorial descritivo de materiais, DOC-SEI <a href="#">10259907</a> Especificações de materiais e acabamentos, DOC-SEI <a href="#">10259913</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>
b) normas adotadas para a realização dos projetos;	Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>
c) premissas básicas a serem adotadas durante a elaboração dos projetos	Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a> Caderno de detalhes padrão, DOC-SEI <a href="#">10259920</a>
d) objetivos dos projetos;	Especificações para contratação DOC-SEI <a href="#">12602751</a>
e) níveis de materiais a serem empregados na obra e dos componentes construtivos;	Memorial descritivo de materiais, DOC-SEI <a href="#">10259907</a> Especificações de materiais e acabamentos, DOC-SEI <a href="#">10259913</a>
f) definição dos níveis de serviço desejado, com os resultados esperados da execução da obra ou serviço de engenharia e de sua operacionalização;	Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a> Listagem de projetos a serem entregues, DOC-SEI <a href="#">10344491</a>
g) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;	Especificações para contratação DOC-SEI <a href="#">12602751</a> Diretrizes para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10344473</a> Especificações para elaboração de projetos, DOC-SEI <a href="#">10259901</a>
h) visão global dos investimentos, com estimativa razoável do investimento a ser feito para a construção da obra ou serviço de engenharia e sua operacionalização;	Dados discriminados no Parecer <a href="#">12501262</a>
i) prazo de entrega;	Especificações para contratação DOC-SEI <a href="#">12602751</a> Cronograma de contrato DOC-SEI <a href="#">11361924</a>
j) demais detalhes que podem ser importantes para o entendimento completo do projeto esperado.	Databook SEI <a href="#">0037936-46.2024.8.16.6000</a> e <a href="#">0037924-32.2024.8.16.6000</a>
VI - matriz de riscos que defina a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação.	Matriz de alocação de riscos <a href="#">12620418</a>

APÊNDICE 3 – TERMO DE CIÊNCIA DE RISCOS

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos indicados na MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS contratuais, bem como ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

Local-UF, ..... de ..... de 20....

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)


APÊNDICE 4 – TERMO DE NOMEAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA




22/05/2026, 18:07

SEI/TJPR - 12971601 - Termo de Referência


DOCUMENTO	Nº SEI
Modelo de Termo de nomeação – Lote 1 – Campo Mourão	12950812
Modelo de Termo de nomeação – Lote 2 – Paranavaí	12950823
Modelo de Termo de nomeação – Lote 3 – União da Vitória	12950830




Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA CAVASSIM GUIMARAES**, *Técnica Judiciária*, em 04/05/2026, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.




Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MOLINARI**, *Chefe da Divisão de Projetos*, em 05/05/2026, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.




Documento assinado eletronicamente por **ANTONY MURILLO COSTA**, *Chefe da Divisão de Orçamentação Técnica*, em 05/05/2026, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.




Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ REIF BRAGA**, *Chefe da Divisão de Contratações de Obras, Serviços de Engenharia e Manutenção Predial da Coordenadoria de Planejamento de Contratações*, em 05/05/2026, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA REGINA NEGRI AMIN**, *Chefe da Divisão de Obras de Construção da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura*, em 06/05/2026, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ODORIZZI**, *Coordenador de Edificações e Infraestrutura*, em 06/05/2026, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **12971601** e o código CRC **4E312368**.